



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO

CNPJ 87.613.097/0001-96

DECRETO MUNICIPAL Nº 016/2016

SÃO MARTINHO/RS, 17 DE MARÇO DE 2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO MARTINHO - RS**

MURAL PÚBLICO MUNICIPAL

Data de afixação: 17/03/2016

Data de retirada: 17/03/2016

Jair Paulo Koerbes

Sec. de Administração

"REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 2806/2015, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO."

ARACI ZÉLIA KOLLING IRBER, Prefeita Municipal de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º - Este instrumento regulamenta os procedimentos a serem adotados para concessão do Incentivo à Qualificação, instituído pela Lei Municipal Nº 2806/2015, de 22 de dezembro de 2015.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ficará disponibilizada para consulta no site da Prefeitura Municipal de São Martinho/RS, a Lei Municipal Nº 2806/2015, de 22 de dezembro de 2015, bem como este Decreto e seu Anexo.

CAPÍTULO I

Da Concessão

Art. 2º - O Incentivo à Qualificação será concedido aos servidores públicos municipais, detentores de cargo de provimento efetivo e estáveis, excetuando-se os cargos do magistério.

Art. 3º - Ao servidor que tiver concluído curso de educação formal em nível fundamental, médio, médio técnico, especialização técnica de nível médio, graduação e pós-graduação (Lato sensu ou Stricto sensu) superior ao exigido para o cargo de que é titular e cumprir os requisitos exigidos, será concedido o Incentivo à Qualificação, observando o padrão e classe percebida pelo mesmo, na forma da Lei Municipal nº 2806/2016, de 22 de dezembro de 2015, que estabeleceu os referidos valores do quadro de cargos e salários.

CAPÍTULO II

Da Solicitação

Art. 4º - Qualquer servidor que atender os critérios estabelecidos neste Decreto poderá solicitar a concessão do Incentivo à Qualificação, em qualquer tempo. Para tanto será necessário:

I – Solicitar através de requerimento o Incentivo à Qualificação, conforme modelo padrão, Anexo I deste Decreto, disponibilizado no site do Município;

II – Anexar ao mesmo, cópia autenticada em Cartório/Tabelionato do certificado ou diploma de educação formal, reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, superior ao exigido como requisito para provimento do cargo de que é titular;

III – Protocolar a documentação junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal, em duas vias, sendo uma para o(a) Prefeito(a) e a outra para o servidor solicitante.



CAPÍTULO III
Dos Procedimentos

Art. 5º - O Setor de Protocolos encaminhará o pedido ao Prefeito(a) Municipal que remeterá o mesmo à Comissão responsável pela análise da documentação.

Art. 6º - De posse da documentação a Comissão analisará a mesma, verificando a relação do curso de educação formal realizado com as atribuições do cargo do servidor solicitante.

§ 1º - Se o título for de área de conhecimento com relação direta as atribuições do servidor, o percentual será maior do que em área de conhecimento com relação indireta, de acordo com a tabela abaixo:

Nível de Escolaridade Formal superior ao previsto Para o exercício do Cargo	Percentual do Incentivo à Qualificação com Relação Direta	Percentual do Incentivo à Qualificação com Relação Indireta
Ensino Fundamental Completo	3%	***
Ensino Médio Completo	5%	***
Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio com Curso Técnico Completo	7%	5%
Especialização Técnica de Nível Médio com carga horária igual ou superior a 360 horas	9%	6%
Ensino Superior Completo ou Superior de Tecnologia	11%	8%
Pós-Graduação Lato sensu (Especialização/MBA) com carga horária igual ou superior a 360 horas	13%	10%
Pós-Graduação Stricto sensu (Mestrado/Doutorado)	15%	12%

§ 2º - Se o certificado for relativo ao ensino fundamental e ao ensino médio, quando excederem à exigência de escolaridade mínima para o cargo do qual o servidor é titular, será considerado, para efeito de pagamento do Incentivo à Qualificação, como conhecimento relacionado diretamente as atribuições do cargo.

Art. 7º - Após análise e verificação da documentação a Comissão emitirá parecer concedendo ou não o Incentivo à Qualificação, informando neste o percentual cabível ao servidor.

§ 1º - O parecer emitido pela Comissão será enviado ao Setor de Pessoal juntamente com a documentação apresentada pelo servidor, a qual deverá ser arquivada na pasta individual do mesmo.

§ 2º - O Setor de Pessoal ratificará a concessão do benefício, através de Portaria Municipal, se o parecer for pelo deferimento do pedido.

Art. 8º - O Incentivo à Qualificação será automático e vigorará a contar do mês seguinte em que o servidor requerer e apresentar a documentação exigida, desde que tenha seu pedido deferido pela Comissão.

CAPÍTULO IV
Dos Recursos



Art. 9º - O servidor que tiver sua solicitação indeferida poderá encaminhar recurso, apresentando novos elementos, junto à Comissão que analisará e emitirá novo parecer.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caso de deferimento, o servidor terá direito ao Incentivo à Qualificação a contar do mês seguinte.

CAPÍTULO V

Da Comissão

Art. 10 - Será constituída uma Comissão para a análise e concessão do Incentivo à Qualificação, composta por cinco (5) membros, sendo três (3) titulares e dois (2) suplentes, nomeados pelo(a) Prefeito(a) Municipal através de Portaria, pelo período de dois (2) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez pelo mesmo período.

§ 1º - A Comissão fará a análise e posterior manifestação através de parecer sobre a documentação apresentada pelo servidor, concedendo ou não o Incentivo à Qualificação.

§ 2º - Os membros da Comissão terão seus títulos analisados por esta, sendo que o membro beneficiado com a aplicação da Lei, não participará da sua própria análise.

Art. 11 - A Comissão poderá solicitar ao servidor complementação de informações ou documentos, para subsidiar a análise do processo.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Art. 12 - Para efeito da concessão do Incentivo à Qualificação serão considerados os certificados ou diplomas de educação formal em nível fundamental, médio, médio técnico, especialização técnica de nível médio, graduação e pós-graduação (Lato sensu ou Stricto sensu) obtidos anterior ou posteriormente a seu ingresso no serviço público municipal.

§ 1º - Para a análise, é indispensável que no certificado ou diploma esteja definida a área do conhecimento a que o curso pertence. Caso não esteja explicitada, o requerente deverá pedir à Instituição certificadora declaração que informe a que área do conhecimento o curso ministrado pela mesma pertence.

§ 2º - Somente será aceito um único certificado ou diploma para o mesmo nível de escolaridade.

§ 3º - O servidor perceberá sempre o Incentivo a Qualificação compatível com seu nível de escolaridade, respeitado o mínimo exigido pelo cargo, sendo que os percentuais de incentivo não serão cumulativos, onde o incentivo superior anula automaticamente o inferior.

Art. 13 - O servidor municipal efetivo e estável que trocar de cargo em virtude de aprovação em concurso público terá cancelado seu Incentivo à Qualificação, devendo em caso de permanência de escolaridade superior à exigência do novo cargo, encaminhar nova solicitação.

Art. 14 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Incentivo à Qualificação.



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO

CNPJ 87.613.097/0001-96

Art. 15 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 012/2016, de 07 de março de 2016.

Art. 16 - Este Decreto entra em vigor nesta data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, AOS 17 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2016.


ARACI ZÉLIA KOLLING IRBER
Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se


JAIR PAULO KOERBES
Secretaria Municipal de Administração



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO

CNPJ 87.613.097/0001-96

ANEXO I

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A)
PREFEITO(A) MUNICIPAL
SÃO MARTINHO/RS**

Eu brasileiro(a),
portador(a) do CPF nº e CI nº....., residente e
domiciliado(a) na, nº, no município
de....., servidor(a) público municipal, detentor(a) do cargo
de....., matrícula nº, vem mui respeitosamente a
presença de Vossa Excelência solicitar o benefício do Incentivo à Qualificação por ter concluído curso
de educação formal superior ao exigido para o cargo de que sou titular, conforme Lei Municipal nº
2806/2015 de 22 de dezembro de 2015, e documento em anexo.

Nestes termos, pede deferimento.

São Martinho/RS, de de 201.....

Nome completo do servidor e assinatura